

Collor vai à TV festejar acordo com bancos

Brasília — Gilberto Alves

BRASÍLIA — O presidente Fernando Collor enfatizou ontem, no pronunciamento que fez à noite em cadeia nacional de rádio e televisão para anunciar e explicar o acordo da dívida externa, que seu governo não será paralisado pelas denúncias que pretendem envolvê-lo com as atividades do empresário Paulo César Farias. "Com confiança e muito trabalho, haveremos de superar e esgotar todos os problemas políticos com que alguns pretenderam imobilizar o seu, o nosso governo, e não conseguiram, nem irão conseguir", proclamou.

No pronunciamento, de 10 minutos, Collor explicou de forma sucinta e didática os principais pontos do acordo de renegociação da dívida, ressaltando que o acerto com os bancos credores privados "vai ajudar-nos a voltar a crescer de forma sadia, sem inflação".

Ele explicou aos ouvintes e telespectadores a importância internacional do acordo para o país. "É como se levantássemos uma hipoteca, um fardo que desde 1982 vem pesando sobre o Brasil. Ganhamos liberdade, possibilidades renovadas de uma atuação econômica mais eficaz. Nesses últimos anos, não tínhamos uma acerto para cumprir e superar os compromissos da dívida e isso trazia efeitos muito negativos. Nossa credibilidade internacional estava abalada e nossa capacidade de obter recursos externos para voltar a crescer estava prejudicada. Além disso, como as negociações anteriores eram sempre parciais, e muitas vezes impossíveis de cumprir, as pressões externas se multiplicavam, impedindo que as decisões de política interna encontrassem uma situação internacional positiva para o País."

Destacou que nenhum país havia antes negociado um acordo tão inovador, o qual, ao mesmo tempo, segundo ele, ajusta os pagamentos da dívida às efetivas possibilidades do país. E voltou a explicar:

"Em suas linhas gerais, o acordo que foi fechado prevê seis mecanis-



Collor: "É como se levantássemos uma hipoteca, um fardo que nos pesa desde 1982"

mos alternativos, mas os bancos tenderão a concentrar-se em duas opções que apresentam avanços importantes para nós. Na primeira, poderão preferir ter nossa dívida a juros de mercado. Nesse caso, a contrapartida é que serão obrigados a oferecer-nos um abatimento em nossa dívida de 35%. Em uma dívida de 44 bilhões de dólares, caso todos os bancos optem por essa primeira alternativa, nossa dívida seria reduzida, pura e simplesmente, em nada menos que 15.4 bilhões de dólares. Dinheiro que deixa de ser mandado para fora, para ser

aplicado em proveito direto de nossa gente.

"Na segunda opção, caso os bancos não concordem com esse desconto de 35%, eles se comprometem a aceitar uma taxa de juros fixa em torno de 6% ao ano, e ainda fazer uma redução desses juros nos próximos 7 anos. Com isso, caso o mercado internacional volte a ter taxas, como já aconteceu no passado, de até 19% ao ano, o risco é de todo deles, pois nós estaremos protegidos por aquele teto máximo de 6% ao ano."

O presidente destacou que "foi um

bom acordo, negociado de forma digna e soberana", prevendo que, a partir do acerto da dívida, o Brasil restabelece a normalidade de suas relações com a comunidade financeira internacional e os investimentos externos no país, que atingiram US\$ 6,2 bilhões nos primeiros quatro meses do ano — contra US\$ 11,6 bilhões durante 1991 — vão "crescer ainda mais, o que significa novos empregos e, portanto, mais desenvolvimento".

O presidente anunciou como próximo passo de sua estratégia econômica a aprovação da reforma fiscal.